

RELATÓRIO ANUAL 2018 • 2019







ÍNDICE

MENSAGEM DA DIRETORIA.....	5
ADMINISTRAÇÃO PREVEVE II.....	6
NÚMERO DE PARTICIPANTES.....	7
INVESTIMENTOS - PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE POR GESTOR.....	8
DESPESAS.....	10
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	12
PARECER DA AUDITORIA.....	13
PARECER ATUARIAL.....	17
CONCLUSÃO.....	18
ANEXO I: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	19
ANEXO II: DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO.....	25
ANEXO III: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	28
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	49
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	50
ANEXO IV: PARECER ATUARIAL.....	51



MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

A Diretoria da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II apresenta a seguir o Relatório Anual de 2018.

Por meio dele, você poderá conferir como se encontra a administração do Plano da PREVEME II, a situação patrimonial, as despesas administrativas e de investimentos. Esta publicação tem por objetivo demonstrar a integridade patrimonial e financeira do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa administrados pela PREVEME II.

Deste modo, leia atentamente o conteúdo deste Relatório, que traz pontos importantes a respeito da gestão da entidade.

Boa leitura.

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M - PREVEME II



ADMINISTRAÇÃO PREVEME II

DIRETORIA EXECUTIVA

Rita Duarte: Diretora Superintendente

Claudinei Alves: Diretor Administrativo e de Investimentos

Renata Mendes: Diretora Jurídica

CONSELHO DELIBERATIVO

Fernando do Valle: Presidente

Afonso Chaguri: Conselheiro

Marcelo de Camargo: Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Marcio Pomini: Presidente

Anderson Cotrim: Conselheiro

Stella Voto: Conselheira

PATROCINADORAS

3M do Brasil Ltda.

3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda.

Instituto 3M

Sociedade Previdência 3M – PREVEME II





NÚMERO DE PARTICIPANTES

Apresentamos o número de participantes da Entidade. Estes números são referentes ao último dia do ano.

Participantes Ativos	3.192
Participantes Contribuintes	1.544
Participantes Não Contribuintes	1.648
Participantes em Benefício Proporcional Diferido	396
Participantes em Autopatrocínio	30
Aposentados	171
Pensionistas	2
Total	3.789

INVESTIMENTOS PATRIMÔNIO E RENTABILIDADE POR GESTOR

1. TOTAL DOS INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS	GESTORES	TOTAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS	%
RENDA FIXA		207.861.186,06	77,30%
Capitania CP FIM	Capitânia	11.409.996,57	4,24%
Capitania Index	Capitânia	4.302.827,84	1,60%
Coruja	Integral	34.050.818,96	12,66%
FIRF CP Imob	Novero	2.104.951,80	0,78%
Match DI	BNP Paribas	80.953.978,57	30,10%
Pelicano	Franklin	51.529.128,32	19,16%
Títulos Públicos	Santander	23.509.484,00	8,74%
RENDA VARIÁVEL		34.228.925,03	12,73%
Fama	Fama	6.469.662,26	2,41%
Núcleo	Núcleo	4.838.039,65	1,80%
Oceana Select	Oceana	4.118.489,61	1,53%
PIPE FIC FIA	Pátria	14.690.241,35	5,46%
Small Caps FIC	Quest	4.112.492,16	1,53%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		2.959.364,47	1,10%
Renda Corporativa	Rio Bravo	1.173.216,75	0,44%
RE III	Pátria	1.786.147,72	0,66%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		18.697.913,00	6,95%
BB MM BLACKROCK IE	Black Rock	7.278.388,20	2,71%
BB MULTI JPM IE FI	JP Morgan	5.026.186,91	1,87%
WA MACRO OPP FIM IE	Western	3.424.554,16	1,27%
GLOBAL EQUI FIM IE	Santander	2.968.783,73	1,10%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		5.160.605,27	1,92%
Empréstimos	Adm. Própria	5.160.605,27	1,92%
TOTAL		268.907.993,83	100,00%

2. GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTORES	TOTAL POR GESTOR	% DO TOTAL DOS INVESTIMENTOS
Administração Própria	5.160.605,27	1,92%
AZ Quest	4.112.492,16	1,53%
Black Rock	7.278.388,20	2,71%
BNP	80.953.978,57	30,10%
Capitânia	15.712.824,41	5,84%
Fama	6.469.662,26	2,41%
Franklin	51.529.128,32	19,16%
Integral	34.050.818,96	12,66%
JP Morgan	5.026.186,91	1,87%
Novero	2.104.951,80	0,78%
Núcleo	4.838.039,65	1,80%
Oceana	4.118.489,61	1,53%
Pátria	16.476.389,07	6,13%
Rio Bravo	1.173.216,75	0,44%
Santander	26.478.267,73	9,85%
Western	3.424.554,16	1,27%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	268.907.993,83	100,00%

3. RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIO ACUMULADA NO ANO

Investimentos	Rentabilidade	Benchmark	2018	
Global	2,26%	Global	CDI+0,5%a.a	6,94%
Renda Fixa	-1,01%	Renda Fixa	70% CDI + 30% IMAB5+	8,85%
Renda Variável	31,27%	Renda Variável	IBrX	9,43%
Estruturados	-6,04%	Estruturados	IPCA+5,0%a.a	9,04%
Exterior	2,93%	Exterior	MSCI World	-10,44%
"Operações com Participantes"	20,02%	"Operações com Participantes"	IPCA+5,0%a.a	9,04%

OBS: O resumo da Política de Investimentos pode ser verificado no Anexo I deste Relatório.

O Demonstrativo de Investimentos pode ser verificado no Anexo II deste Relatório.

Como pode ser verificado no quadro acima, a rentabilidade global de 2,26% foi afetada negativamente pelo Fundo Exclusivo de Crédito Privado Coruja, que vem sofrendo Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa decorrentes dos papéis Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Debêntures. Essas provisões são contábeis, e salientamos que a estrutura legal do investimento tem como obrigatoriedade apresentar garantias. No caso da Preveme, todos possuem mais de 100% de garantia do valor investido.

O assunto tem sido acompanhado periódica e diligentemente pela Preveme e que, dentre as ações já tomadas estão (a) obtenção de um parecer da consultoria externa PPS sobre o até então gestor; (b) substituição do gestor do fundo para a empresa Integral; (c) acompanhamento mensal junto ao gestor Integral a respeito da situação do fundo e providências em andamento para negociação e execução das respectivas garantias significativas associadas aos papéis.

DESPESAS

1. DESPESAS COM CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

CONSOLIDADO PLANO PREVEME II	
Classificação	Total
Anbima	4.768,00
Auditoria	11.000,00
Cartório	247,21
Cetip	90.580,92
Controladoria	39.449,62
Corretagens BM&F	33.103,59
Custódia	44.567,94
Despesas Jurídicas	9,16
Gestão	283.568,80
Selic	3.157,52
Taxa Bovespa	230,89
Taxa de Administração	6.200,24
Taxa de Fiscalização CVM	30.073,84
TOTAL	546.957,73

2. DESPESAS COM PESSOAL

Em 2018 o Plano de Gestão Administrativa da PREVEME II efetuou o pagamento de R\$ 667.617,34 com despesas referentes à folha de salários dos funcionários, sendo que deste total, o valor de R\$ 333.808,68 foi reembolsado pela Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME devido ao rateio dessas despesas em função do esforço laboral dos funcionários ser demandado para trabalhos com esta entidade. A PREVEME II segue a mesma política de remuneração variável da Patrocinadora Principal.

3. DESPESAS COM PRESTADORES DE SERVIÇO

	Prestador	2018
Previdencial		
Consultoria Atuarial	Towers Watson	94.349,76
Consultoria Contábil	JCMB Consultores	204.934,34
Gestão/Planejamento Estratégico	ADS Prev	11.700,00
Auditoria Contábil	Ernest & Young	10.000,00
	PWC	2.419,87
Outras Despesas		
Comunicação	Serifa Edit.	4.320,00
	Gráfica Eulina	550,00
	A B serv. E transp.	460,00
Investimentos		
Consultoria Contábil	JCMB Consultores	28.132,66
Consultoria dos Investimentos	PPS	6.000,00
Consultoria Jurídica	Caalbor	801,85
Total		363.668,48

4. DESPESAS DIVERSAS

Em 2018 o Plano de Gestão Administrativa administrado pela PREVEME II efetuou o pagamento de R\$ 191.604,12 com despesas diversas, correspondentes a 15,67% das despesas totais do Plano.

	2018
Associação	9.343,68
Correios	10.258,50
Despesas Bancárias	1.146,59
Despesas Cartorárias	3.123,55
Despesas Diversas	20,00
Impostos Municipais	44,63
Material e Serviços	25,44
Multas e Juros	97,82
Pis e Cofins	61.637,04
Serasa	26.627,10
Tafic	24.000,00
Treinamentos/Congressos/Seminários	33.024,00
Viagens e Estadias	22.255,77
Total	191.604,12

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em R\$ mil)

Ativo	2018	2017
Disponível	60	77
Realizável	271.500	250.714
Gestão Previdencial	1.384	2.543
Gestão Administrativa	153	176
Investimentos	269.963	247.995
Títulos Públicos	23.509	22.554
Ações	-	393
Fundos de Investimentos	240.948	220.176
Empréstimos e Financiamentos	5.506	4.872
Total do ativo	271.560	250.791

Passivo	2018	2017
Exigível operacional	421	386
Gestão Previdencial	236	224
Gestão Administrativa	146	133
Investimentos	39	29
Patrimônio social	271.139	250.405
Patrimônio de Cobertura do Plano	263.669	246.455
Provisões Matemáticas	258.407	237.323
Benefícios Concedidos	42.375	41.973
Benefícios a conceder	220.953	200.426
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.921)	(5.076)
Equilíbrio Técnico	5.262	9.132
Resultados Realizados	5.262	9.132
Superávit Técnico Acumulado	5.262	9.132
Fundos	7.470	3.950
Fundos Previdenciais	5.559	2.312
Fundos Administrativos	723	643
Fundos de Investimentos	1.188	995
Total do passivo	271.560	250.791

As Demonstrações Contábeis completas podem ser verificadas no Anexo III deste Relatório.

PARECER DA AUDITORIA



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras
Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido, do ativo líquido, do plano gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado nas Notas 3 (c.2) e 5.3 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade possui investimentos nos fundos a seguir nomeados, para os quais não estavam disponíveis demonstrações financeiras auditadas para a data-base de 31 de dezembro de 2018 e não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes em função dos assuntos abaixo sumariados:

- (a) Novero Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Imobiliário ("Novero"), no montante de R\$ 2.105 mil (R\$ 4.262 mil em 2017). O Novero teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 30 de junho de 2018 com ressalvas (2017 – abstenção de opinião): (i) Possuía, em 30 de junho de 2018, provisão para perdas, de cerca de 29% (substancialmente constituídas em 2018) do seu patrimônio líquido, referente aos investimentos em certificados de recebíveis imobiliários ("CRIs") e cédulas de crédito imobiliário ("CCIs") cujos pagamentos de juros e amortizações encontravam-se integralmente em atraso e; (ii) Adicionalmente, de cerca de 7% do seu patrimônio líquido, estavam aplicados em cédulas de crédito imobiliário ("CCIs") cujos pagamentos de juros e amortizações encontravam-se integralmente em atraso e o devedor final encontra-se em processo de recuperação judicial. De acordo com o referido relatório de auditoria, as ressalvas estão fundamentadas na impossibilidade de conclusão sobre a adequação da contabilização das provisões para perdas, referidas no item (i) acima no exercício de 2018; e na incerteza sobre o valor de realização das CCIs referidas no item (ii) acima (2017 – abstenção fundamentada nas incertezas em relação ao processo de recuperação judicial e ao êxito das negociações com os devedores).
- (b) Capitânia Index Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa ("Cap. Index"), no montante de R\$ 4.303 mil (R\$ 4.206 mil em 2017). O fundo Cap. Index teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 30 de setembro de 2018, com ressalvas referente a investimentos indiretos em certificados de recebíveis imobiliários ("CRIs") e ausência das últimas demonstrações financeiras de Fundos de Direitos Creditórios o qual investe. De acordo com o referido relatório de auditoria, as ressalvas estão fundamentadas na



Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II

impossibilidade de obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas com relação aos investimentos indiretos do Fundo.

- (c) Capitania Multi Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado ("Cap. Mult."), no montante de R\$ 11.410 mil (R\$ 17.471 mil em 2017). O Cap. Mult. teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 30 de junho de 2018 com abstenção de opinião, referente a: (i) O Fundo possuía 95% do seu patrimônio líquido em cotas do Capitânia Portfolio Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado ("Fundo Investido") que, por sua vez, possuía investimentos em certificados de recebíveis imobiliários ("CRIs") com parcelas vencidas, para os quais a Administradora constituiu provisão para desvalorização que corresponde a cerca de 23% do patrimônio líquido do Fundo Investido, reconhecidas no resultado do exercício de 2018; e (ii) o Fundo Investido possuía ainda, cerca de 51% do seu patrimônio líquido em Fundo de Investimento Imobiliário para o qual não foi possível ao auditor concluir sobre a razoabilidade dos valores justos dos seus investimentos. De acordo com o referido relatório de auditoria, a abstenção está fundamentada na impossibilidade de conclusão sobre a adequação da contabilização das provisões para perdas, referidas no item (i) acima, e sobre a adequação dos valores justos dos investimentos do Fundo de Investimento Imobiliário referidas no item (ii) acima.
- (d) Santander Fundo de Investimento Global Equities Multimercado Investimento no Exterior, no montante de R\$ 2.969 mil o qual teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 31 de julho de 2018, com abstenção de opinião, devido a ausência das demonstrações financeiras dos fundos investidos que representavam cerca de 44% do seu patrimônio líquido nessa data.
- (e) Os Fundos de Participações e Imobiliários mencionados na nota explicativa 5.3 (a) e que totalizam investimentos de R\$ 2.959 mil (R\$ 2.409 mil em 2017) não tiveram suas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 31 de dezembro de 2018, cujos os prazos regulatórios para divulgação são de 150 e 90 dias da data-base, respectivamente.

Em função do descrito acima, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações contábeis da Entidade caso as apropriadas evidências de auditoria tivessem sido obtidas para os referidos investimentos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Edison Ariisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

PARECER ATUARIAL

A consultoria Willis Towers Watson, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios mantido pela PREVEME II, apresentou Parecer Atuarial sobre a situação atuarial do Plano.

As principais hipóteses financeiras e biométricas utilizadas pela consultoria Towers foram:

Hipóteses Atuariais	2018	2017
Taxa real anual de juros	5,0%	5,0%
Projeção do crescimento real de salário	2,0%	2,0%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0%	0,0%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - Salários	100%	100%
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)	RRB – 1944 modificada (desagravada em 75%)
Tábua de Rotatividade	Experiência WTW modificada PREVEME II	Experiência WTW modificada PREVEME II
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Entrada em Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal

¹ Segregada por sexo, constituída com base na tábua AT-2000 Basic desagravada em 10%

VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2018 comparado com 31/12/2017:

	Valores em R\$	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Atuarial	263.328.402,11	242.399.598,38
Benefícios Concedidos	42.375.317,35	41.973.058,09
Contribuição Definida	42.375.317,35	41.973.058,09
Benefícios a Conceder	220.953.084,76	200.426.540,29
Contribuição Definida	218.871.801,76	198.301.324,29
Benefício Definido	2.081.283,00	2.125.216,00

Para o fechamento do exercício de 2018 foi realizado estudo de aderência das hipóteses atuariais e da de taxa de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, pelo consultor Willis Towers Watson.

O Parecer Atuarial completo pode ser verificado no Anexo IV deste Relatório.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária da 3M – PREVEME II, informamos que o plano está solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2018. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com o Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2019.

Debora da Silva Pasculli Casaes
MIBA nº 2.696

Rafael dos Santos Silva
MIBA nº 1.235

ANEXO I: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 30/01/2019 09:51:49

Informações da Entidade

Código: 4604

Sigla: PREVEME II

Exercício: 2019

Plano de Benefícios: 2010002083 - PLANO DE BENEFÍCIOS

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
70,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
30,00	RENDA FIXA	100,00	IMA-B 5+	0,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00
100,00	INVESTIMENTOS	100,00	IPCA	5,00
100,00	INVESTIMENTOS NO	100,00	MSCI-World	0,00
100,00	EMPRÉSTIMOS E	100,00	IPCA	5,00
100,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,50

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: null

Data: 27/12/2018

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	PLANO	CLAUDINEI APARECIDO ALVES	048.827.118-50	DIRETOR ADMIN. E DE INVESTIMENTOS

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco Operacional

Outros

Realiza o apuração de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	60,00	85,00	75,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	20,00	13,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	15,00	3,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	2,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	7,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não			
Utiliza derivativos? Sim			
Avaliação prévia dos riscos envolvidos? Sim			
Existência de sistemas de controles internos? Sim			

Observação:

Perfis de Investimento

O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00	
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00	
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00	
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00	
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00	
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00	
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00	
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00	

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00	
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00	
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO	0,00	25,00	

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2017	1º Sem 2018	2019	Não Aplica
PLANO	12,50	1,58	9,50	
RENDA FIXA	9,41	1,03	0,00	
RENDA VARIÁVEL	83,06	3,28	0,00	
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-0,77	-7,56	0,00	
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	23,43	9,24	0,00	
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	20,57	10,08	0,00	

Observação:

Observações



Ministério da Previdência Social
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Data de Geração: 30/01/2019 10:38:04

Informações da Entidade

Código: 4604

Sigla: PREVEME II

Exercício: 2019

Plano de Benefícios: 9970000000 - PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Indexador por Plano/Segmento - Período de Referência: 01/2019 a 12/2019

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros %aa
100,00	RENDA FIXA	100,00	IPCA	0,00
100,00	PLANO	100,00	IPCA	0,00

Documentação/Responsáveis

Documentação

Nº da Ata: null

Data: 27/12/2018

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2019 a 31/12/2019	PLANO	CLAUDINEI APARECIDO ALVES	048.827.118-50	DIRETOR ADMIN. E DE INVESTIMENTOS

Controle de Risco

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco Operacional

Outros

Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

Observação:

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2019 a 12/2019			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00	100,00	100,00
A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental? Não			
Utiliza derivativos? Não			

Observação:

Perfis de Investimento
O plano possui Perfis de Investimentos? Não

Observação:

Alocação por Emissor			
Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00	
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00	
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL			x
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM			x
ORGANISMO MULTILATERAL			x
COMPANHIA SECURITIZADORA			x
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO			x
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00	
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE			x
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x

Observação:

Concentração por Emissor

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA			x
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE			x
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00	
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			x
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			x
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL			x
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO			x

Observação:

Concentração por Investimento

Emissor	Mínimo%	Máximo%	Não Aplica
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00	
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00	
% DE UM MESMO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO			x

Observação:

Rentabilidade(%)

Plano/Segmento	2017	1º Sem 2018	2019	Não Aplica
PLANO	11,16	3,08	6,90	
RENDA FIXA	11,16	3,08	6,90	
RENDA VARIÁVEL				x
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS				x
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR				x
IMÓVEIS				x
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				x

Observação:

Observações

ANEXO II: DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 12/2018

Entidade: 4604-PREVEME II

Plano de Benefícios: 2010002083-PLANO DE BENEFÍCIOS

Data de Geração: 18/02/2019 10:50:56

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	269.268.425,26
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	269.268.425,26
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	29.030.520,70
Depósitos:	54.074,01
Títulos Públicos:	23.509.483,99
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	5.865.996,78
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-399.034,08
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	240.237.904,55
20.519.417/0001-72	34.050.818,95
20.643.534/0001-43	51.529.128,31
17.397.125/0001-08	7.278.388,18
17.413.636/0001-68	5.026.186,92
09.636.393/0001-07	80.953.978,57
12.282.909/0001-69	4.302.827,84
09.412.687/0001-47	11.409.996,57
00.601.692/0001-23	6.469.662,25
03.683.056/0001-86	1.173.216,75
15.862.639/0001-53	2.104.951,80
17.804.792/0001-50	2.968.783,73
26.559.191/0001-10	4.838.039,65
17.157.131/0001-80	4.118.489,60
18.563.785/0001-76	1.786.147,71
20.056.368/0001-89	14.690.241,34
11.392.165/0001-72	4.112.492,16
22.282.992/0001-20	3.424.554,15

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 12/2018

Entidade: 4604-PREVEVE II

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: 15/02/2019 16:36:15

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	715.657,78
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	715.657,78
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	5.389,85
Depósitos:	5.412,49
Títulos Públicos:	0,00
Títulos Privados:	0,00
Ações:	0,00
Operações Compromissadas:	0,00
Participações em SPE:	0,00
Derivativos Opções:	0,00
Derivativos Termos:	0,00
Derivativos Futuros:	0,00
Derivativos Swaps:	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	0,00
Carteira Imobiliária:	0,00
Valores a Pagar/Receber:	-22,64
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	710.267,93
09.636.393/0001-07	710.267,93

Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

- + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
- + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

- a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
- b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

ANEXO III: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ MIL)

Ativo	2018	2017
Disponível	60	77
Realizável	271.500	250.714
Gestão Previdencial	1.384	2.543
Gestão Administrativa	153	176
Investimentos	269.963	247.995
Títulos Públicos	23.509	22.554
Ações	-	393
Fundos de Investimentos	240.948	220.176
Empréstimos e Financiamentos	5.506	4.872
Total do ativo	271.560	250.791
Passivo	2018	2017
Exigível operacional	421	386
Gestão Previdencial	236	224
Gestão Administrativa	146	133
Investimentos	39	29
Patrimônio social	271.139	250.405
Patrimônio de Cobertura do Plano	263.669	246.455
Provisões Matemáticas	258.407	237.323
Benefícios Concedidos	42.375	41.973
Benefícios a conceder	220.953	200.426
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.921)	(5.076)
Equilíbrio Técnico	5.262	9.132
Resultados Realizados	5.262	9.132
Superávit Técnico Acumulado	5.262	9.132
Fundos	7.470	3.950
Fundos Previdenciais	5.559	2.312
Fundos Administrativos	723	643
Fundos de Investimentos	1.188	995
Total do passivo	271.560	250.791

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017 (EM R\$ MIL)

	2018	2017	Varição
A) Patrimônio social - início do exercício	250.405	208.235	20,25%
1. Adições	77.617	61.978	25,23%
(+) Contribuições previdenciais	27.622	27.083	1,99%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	48.499	33.446	45,01%
(+) Receitas administrativas	1.263	1.156	9,26%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	40	62	(35,48)%
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	193	231	(16,45)%
2. Destinações	(56.883)	(19.808)	187,17%
(-) Benefícios	(12.784)	(11.862)	7,77%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(42.876)	(6.780)	532,39%
(-) Despesas administrativas	(1.223)	(1.166)	4,89%
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	20.734	42.170	(50,83)%
(+) Provisões matemáticas	21.084	38.797	(45,66)%
(+/-) Superávit/(déficit) técnico	(3.870)	3.366	(214,97)%
(+/-) Fundos previdenciais	3.247	(276)	(1276,45)%
(+) Fundos administrativos	80	52	53,85%
(+) Fundos dos Investimentos	193	231	(16,45)%
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	271.139	250.405	8,28%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

3. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017 (EM R\$ MIL)

	2018	2017	Variação
A) Ativo líquido - início do exercício	248.767	206.880	20,25%
1. Adições	76.990	61.289	25,62%
(+) Contribuições	28.491	27.843	2,33%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	48.499	33.446	45,01%
2. Destinações	(56.529)	(19.402)	191,36%
(-) Benefícios	(12.784)	(11.862)	7,77%
(-) Resultado negativo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	(42.876)	(6.780)	532,39%
(-) Custeio administrativo	(869)	(760)	14,34%
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	20.461	41.887	(51,15)%
(+) Provisões matemáticas	21.084	38.797	(45,66)%
(+/-) Fundos previdenciais	3.247	(276)	(1276,45)%
(+/-) Superávit/(déficit) técnico do exercício	(3.870)	3.366	(214,97)%
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	269.228	248.767	8,22%
C) Fundos não previdenciais	273	283	(3,53)%
(+) Fundos administrativos	80	52	53,85%
(+) Fundos dos Investimentos	193	231	(16,45)%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

4. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ MIL)

	2018	2017	Variação
1. Ativos	271.414	250.658	8,28%
Disponível	54	75	(28,00)%
Recebível	2.107	3.185	(33,85)%
Investimento	269.253	247.398	8,83%
Títulos Públicos	23.509	22.554	4,23%
Ações	-	393	(100)%
Fundos de investimento	240.238	219.579	9,41%
Empréstimos e Financiamentos	5.506	4.872	13,01%
2. Obrigações	275	253	8,70%
Operacional	275	253	8,70%
3. Fundos não previdenciais	1.911	1.638	16,67%
Fundos administrativos	723	643	12,44%
Fundos dos Investimentos	1.188	995	19,40%
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	269.228	248.767	8,22%
Provisões matemáticas	258.407	237.323	8,88%
Superávit técnico	5.262	9.132	(42,38)%
Fundos previdenciais	5.559	2.312	140,44%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	5.262	9.132	(42,38)%
a) Equilíbrio técnico	5.262	9.132	(42,38)%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	5.262	9.132	(42,38)%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ MIL)

	2018	2017	Varição
A) Fundo administrativo do exercício anterior	643	591	8,80%
1. Custeio da gestão administrativa	1.303	1.218	6,98%
1.1. Receitas	1.303	1.218	6,98%
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	869	760	14,34%
Custeio administrativo dos Investimentos	6	6	0,00%
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	54	56	(3,57)%
Resultado positivo líquido dos Investimentos	40	62	(35,48)%
Outras Receitas	334	334	-
2. Despesas administrativas	(1.223)	(1.166)	4,89%
2.1. Administração previdencial	(1.162)	(1.109)	4,78%
Pessoal e Encargos	(668)	(667)	0,15%
Treinamentos/congressos e seminários	(33)	(49)	(32,65)%
Viagens e estadias	(22)	(4)	450,00%
Serviços de terceiros	(329)	(299)	10,03%
Despesas gerais	(24)	(14)	71,43%
Tributos	(86)	(76)	13,16%
2.2. Administração dos investimentos	(61)	(57)	7,02%
Serviços de terceiros	(35)	(39)	(10,26)%
Despesas gerais	(26)	(18)	44,44%
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	-	-
4. Reversão de recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	80	52	53,85%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	80	52	53,85%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do exercício atual (A+7+8)	723	643	12,44%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**6. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS -
PLANO DE BENEFÍCIOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 2017
(EM R\$ MIL)**

	2018	2017	Variação
Provisões técnicas (1+2+3+4)	270.691	250.015	8,27%
1. Provisões matemáticas	258.407	237.323	8,88%
1.1 Benefícios concedidos	42.375	41.973	0,96%
Contribuição Definida	42.375	41.973	0,96%
1.2 Benefícios a conceder	220.953	200.426	10,24%
Contribuição Definida	218.872	200.106	9,38%
Saldo de Contas – parcela patrocinadores	118.135	108.869	8,51%
Saldo de Contas – parcela participantes	100.737	89.432	12,64%
Benefício definido	2.081	2.125	(2,07)%
1.3. Provisões matemáticas a constituir	(4.921)	(5.076)	(3,05)%
(-) Patrocinadores	(4.921)	(5.076)	(3,05)%
2. Equilíbrio técnico	5.262	9.132	(42,38)%
2.1 Resultados realizados	5.262	9.132	(42,38)%
Superávit técnico acumulado	5.262	9.132	(42,38)%
Reserva de contingência	341	349	(2,29)%
Reserva para revisão do plano	4.921	8.783	(43,97)%
3. Fundos	6.747	3.307	104,02%
3.1 Fundo Previdencial	5.559	2.312	140,44%
3.2 Fundo dos Investimentos – Gestão Previdencial	1.188	995	19,40%
4. Exigível operacional	275	253	8,69%
4.1 Gestão previdencial	236	224	25,14%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	39	29	34,48%

As Notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM R\$ MIL)

1 - Contexto Operacional

A Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II (“Entidade” ou “PREVEME II”) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída na forma da legislação em vigor.

A PREVEME II tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral da previdência social, voltado aos empregados, vinculados às Patrocinadoras mediante contribuição de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras, ou de ambos, na forma que dispuser os respectivos Planos de Benefícios.

As Patrocinadoras contribuintes são:

- 3M do Brasil Ltda.;
- 3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda.;
- Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II; e
- Instituto 3M.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios.

O plano de benefícios administrado pela PREVEME II está adequado aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº6, de 30 de outubro de 2003.

A Entidade administra um plano de contribuição variável inscrito sob o nº 2010.0020-83 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

A modalidade do plano de benefícios da PREVEME II é de contribuição variável. Os benefícios oferecidos são: (a) aposentadoria normal; (b) aposentadoria antecipada; (c) aposentadoria por invalidez; (d) pensão por morte e (e) benefício proporcional. Todos os benefícios são calculados com base na transformação do saldo de conta total em renda. As opções de recebimento podem ser (i) prazo certo, (ii) percentual sobre o saldo (de 0,1% a 2%) ou (iii) renda mensal definida em Reais. Porém, nos casos de aposentadoria por invalidez ou pensão por morte o plano garante acréscimos de saldo referentes às contribuições futuras da patrocinadora.

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da PREVEME II são originados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes, participantes autopatrocinados, benefício proporcional diferido e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

Em 30 de setembro de 2018 a Entidade conta com 3.787 Participantes Ativos (3.353 em 2017) e 174 Participantes Assistidos (167 em 2017).

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 28, de 13 de abril de 2018, Instrução da Secretaria da Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11 e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observada as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. As sistemáticas aplicáveis a Entidade são Previdencial e Administrativa.

3 - Principais práticas contábeis

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis da Entidade são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC, que não requerem a adoção dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

3.1 - Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as contribuições de autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

3.2 - Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.3 - Investimentos – Ativo

3.3.1 - Títulos públicos, privados e ações

O Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC estabeleceu critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, cujos efeitos foram reconhecidos no resultado do exercício.

Nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº. 4.661 de 25 de maio de 2018 e CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

3.3.2 - Fundos de Investimentos

As aplicações estão classificadas por modalidade, conforme descrito a seguir:

- Renda Fixa: Cotas de fundos de investimentos de Renda Fixa, Multimercado, Participações e Imobiliário - estão registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado na data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.
- Renda Variável: Cotas de fundos de investimentos de renda variável: estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado na data de encerramento do Balanço. As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- i.** Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA;
- ii.** Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- iii.** Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Gerais ("B3"), por meio do Banco Bradesco S.A., encarregados pela administração e gestão das carteiras de investimentos.

A Entidade não possui em sua composição de investimentos, ativos sem cotação no mercado de ativos constantes do laudo de avaliação econômica que justifique a necessidade de adoção de premissas utilizadas para sua avaliação, bem como a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a Entidade.

A Entidade possui investimentos nos fundos a seguir nomeados, para os quais não estavam disponíveis demonstrações financeiras auditadas para a data-base de 31 de dezembro de 2018 e não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes em função dos assuntos abaixo sumariados:

- Novero Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Imobiliário ("Novero"), no montante de R\$ 2.105 mil (R\$ 4.262 mil em 2017). O Novero teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 30 de junho de 2018 com ressalvas (2017 – abstenção de opinião): (i) O Fundo possuía, em 30 de junho de 2018, provisão para perdas, de cerca de 29% (substancialmente constituídas em 2018) do seu patrimônio líquido, referente aos investimentos em certificados de recebíveis imobiliários ("CRIs") e cédulas de crédito imobiliário ("CCIs") cujos pagamentos de juros e amortizações encontravam-se integralmente em atraso e; (ii) Adicionalmente, de cerca de 7% do seu patrimônio líquido, estavam aplicados em cédulas de crédito imobiliário ("CCIs") cujos pagamentos de juros e amortizações encontravam-se integralmente em atraso e o devedor final encontrava-se em processo de recuperação judicial. De acordo com o referido relatório de auditoria, as ressalvas estão fundamentadas na impossibilidade de conclusão sobre a adequação da contabilização das provisões para perdas, referidas no item (i) acima no exercício de 2018; e na incerteza sobre o valor de realização das CCIs referidas no item (ii) acima (2017 – abstenção fundamentada nas incertezas em relação ao processo de recuperação judicial e ao êxito das negociações com os devedores).

- Capitânia Index Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa (“Cap. Index”), no montante de R\$ 4.303 mil (R\$ 4.206 mil em 2017). O fundo Cap. Index teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 30 de setembro de 2018, com ressalvas referente a investimentos indiretos em certificados de recebíveis imobiliários (“CRIs”) e ausência das últimas demonstrações financeiras de Fundos de Direitos Creditórios o qual investe. De acordo com o referido relatório de auditoria, as ressalvas estão fundamentadas na impossibilidade de obter evidências de auditoria suficientes e apropriadas com relação aos investimentos indiretos do Fundo.
- Capitania Multi Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (“Cap. Mult.”), no montante de R\$ 11.410 mil (R\$ 17.471 mil em 2017). O Cap. Mult. teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 30 de junho de 2018 com abstenção de opinião, referente a: (i) O Fundo possuía 95% do seu patrimônio líquido em cotas do Capitânia Portfolio Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado (“Fundo Investido”) que, por sua vez, possuía investimentos em certificados de recebíveis imobiliários (“CRIs”) com parcelas vencidas, para os quais a Administradora constituiu provisão para desvalorização que corresponde a cerca de 23% do patrimônio líquido do Fundo Investido, reconhecidas no resultado do exercício de 2018; e (ii) o Fundo Investido possuía ainda, cerca de 51% do seu patrimônio líquido em Fundo de Investimento Imobiliário para o qual não foi possível ao auditor concluir sobre a razoabilidade dos valores justos dos seus investimentos. De acordo com o referido relatório de auditoria, a abstenção está fundamentada na impossibilidade de conclusão sobre a adequação da contabilização das provisões para perdas, referidas no item (i) acima, e sobre a adequação dos valores justos dos investimentos do Fundo de Investimento Imobiliário referidas no item (ii) acima.
- Santander Fundo de Investimento Global Equities Multimercado Investimento no Exterior, no montante de R\$ 2.969 mil. O fundo teve o seu relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 31 de julho de 2018, com abstenção de opinião, devido a ausência das demonstrações financeiras dos fundos investidos que representavam cerca de 44% do seu patrimônio líquido nessa data.
- Os Fundos de Participações e Imobiliários mencionados na nota explicativa 5.3 (a) e que totalizam investimentos de R\$ 2.959 mil (R\$ 2.409 mil em 2017) não tiveram suas demonstrações contábeis auditadas na data-base de 31 de dezembro de 2018, cujos os prazos regulatórios para divulgação são de 150 e 90 dias da data-base, respectivamente.

Consequentemente, não foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes em relação aos investimentos detido pela Entidade nestes fundos investidos, bem como o resultado por eles produzidos no exercício findo nessa mesma data e o correspondente reflexo nas demonstrações contábeis da Entidade.

3.3.3 - Empréstimos e Financiamentos

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes oriundos de empréstimos concedidos pela PREVEME II de acordo com o regulamento de empréstimo. Seu saldo reflete a posição da carteira na data do Balanço, atualizado pela Taxa Básica de Juros (Selic) e de encargos financeiros tal como Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

3.3.4 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Para a constituição da provisão PCLD são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

3.4 - Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

3.5 - Patrimônio Social

3.5.1 - Provisões matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas por consultores atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

3.5.2 - Equilíbrio Técnico

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela Resolução nº 22, de 25 de novembro de 2015.

3.5.3 - Fundos

Os Fundos Previdenciais são constituídos pelo valor da conta de patrocinadora que não foi utilizado no cálculo dos benefícios ou institutos e poderá ser utilizado pela Entidade.

Os Fundos Administrativos são constituídos com as sobras das receitas aportadas pelas Patrocinadoras, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade do plano.

Os Fundos de Investimentos, são constituídos/revertidos com a finalidade suportar valores relacionados a carteira de empréstimos do plano.

3.5.4 - Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos Planos de Benefícios previdenciais. O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

4. Disponível

Representado por conta corrente reconhecidos por seus valores em moeda nacional na seguinte instituição financeira:

	2018	2017
Imediato		
Banco Bradesco S.A.	-	5
Banco Santander	60	72
Total do Disponível	60	77

5. Realizável

5.1 Gestão previdencial

Referem-se a valores de contribuições previdenciais normais mensais devidas pelos patrocinadores e participantes.

	2018	2017
Recursos a receber		
Contribuição do mês – Patrocinadoras	16	1.134
Contribuição do mês – Participantes	1.363	1.404
Outros Realizáveis	5	5
Total da Gestão Previdencial	1.384	2.543

5.2 Gestão administrativa

Registra os valores a receber decorrentes de operações da Gestão Administrativa e são compostos conforme segue:

	2018	2017
Contas a receber		
Contribuição para custeio	65	57
Outros recursos a receber (*)	70	98
	135	155
Outros realizáveis	18	21
Total da Gestão Administrativa	153	176

(*) Outros recursos a receber, referem-se as transferências financeiras que irão ocorrer entre o Plano Previdencial e o PGA.

5.3 Investimentos

5.3.1 - Composição da carteira:

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários da Entidade, por montante e natureza dos investimentos, é a seguinte:

	Natureza	2018	2017
Títulos mantidos até o vencimento			
Títulos Públicos		23.509	22.554
Notas do Tesouro Nacional – B	Público	23.509	22.554
Títulos para negociação			
Ações		-	393
Fundos de Investimentos		240.948	220.176
Renda Fixa		122.123	122.076
Novero Fundo de Invest. RF Crédito Privado Imobiliário	Privada	2.105	4.262
BNP Paribas Match DI Fundo de Invest. RF CP	Privada	81.664	67.847
Capitania Index Cred. Priv. FIC Invest. RF	Privada	4.303	4.206
Novero Coruja Fundo Invest. RF CP (Exclusivo) ⁽¹⁾	Privada	34.051	45.761
Ações		40.622	19.936
Sul América Expertise II Fundo de Invest. em Ações	Privada	-	645
Global Equity Fundo de Invest. Multimercado	Privada	2.969	2.592
Oceana Selection FIC de Fundo Inv. em Ações	Privada	4.118	3.590
Pátria Pipe Feeder I FIC de Fundo de Invest. em Ações	Privada	14.690	9.343
AZ Quest Small Mid Caps FIC em Ações	Privada	4.112	846
Fama Fundo Invest. Cotas Fundos de Invest. Ações	Privada	6.470	1.570
Nucleo Capital NCI FIC de Fundo Inv. em Ações	Privada	4.838	1.350
Mananger Western Asset Macro Opportunities FIC Mult IE	Privada	3.425	-
Multimercado		75.244	75.755
BB Mult. Global Select Equity Invest. Exterior Invest.	Privada	5.026	4.750
Pelicano Fundo de Investimento Multimercado ⁽¹⁾	Privada	51.529	46.588
BB Mult. Blackrock Invest. no Exterior Fundo Invest.	Privada	7.279	6.946
Capitania Multi Credito Privado FIC de FI Multimercado	Privada	11.410	17.471
Participações		1.786	1.472
Pátria Brasil Infraest. III FIC de FI em Participações ⁽²⁾	Privada	1.786	1.472
Imobiliários		1.173	937
Fundo de Invest. Imobil Rio Bravo Renda Corporat. ⁽²⁾	Privada	1.173	937
Empréstimos e Financiamentos		5.506	4.872
Total da carteira de investimentos		269.963	247.995

⁽¹⁾ Fundos Exclusivos

⁽²⁾ Para o Fundo de Participações e Imobiliário, cujos investimentos totalizam R\$ 2.959 (R\$ 2.409 em 2017), não estavam disponíveis as demonstrações contábeis auditadas na data-base de 31 de dezembro de 2018, cujos os prazos regulatórios para divulgações das demonstrações contábeis são de 150 e 90 dias, respectivamente.

Os títulos e valores mobiliários foram classificados, em sua maioria, como “títulos para negociação”, sem vencimento e estão registrados pelo valor de mercado.

5.3.2 - Composição da carteira por prazo de vencimento:

	Vencimento	2018		2017	
		Custo Corrigido	Valor de Mercado	Custo Corrigido	Valor de Mercado
Títulos mantidos até o vencimento					
Títulos Públicos ^(a)	Acima de 360 dias	23.509	28.408	22.554	22.850
Títulos para negociação					
Ações	Sem vencto	-	-	393	393
Fundos de Investimentos		240.928	240.928	220.176	220.176
Renda Fixa	Sem vencto	122.123	122.123	122.076	122.076
Ações	Sem vencto	40.622	40.622	19.936	19.936
Multimercado	Sem vencto	75.224	75.224	75.755	75.755
Participações	Sem vencto	1.786	1.786	1.472	1.472
Imobiliário	Sem vencto	1.173	1.173	937	937
Empréstimos e Financiamento		5.506	5.506	4.872	4.872
Empréstimos		5.506	5.506	4.872	4.872
Total da carteira de investimentos		269.943	274.842	247.995	248.291

^(a) Títulos mantidos até o vencimento.

5.3.3 - Composição dos Fundos Exclusivos:

	2018				2017	
	Sem vencto.	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Novero Coruja Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	8.233	9.694	16.124	34.051	34.051	45.761
Fundos Renda Fixa	8.070	-	-	8.070	8.070	16.515
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRA	-	-	3.016	3.016	3.016	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI ^(a)	-	-	10.947	10.947	10.947	12.852
Debêntures (a)	-	-	2.161	2.161	2.161	8.060
Operações compromissadas – LTNO	-	9.694	-	9.694	9.694	1.903
Contas a Pagar/Receber	162	-	-	162	162	6.430
Caixa	1	-	-	1	1	1
PELICANO Fundo de Investimento Multimercado	(40)	11.007	40.562	51.529	51.529	46.588
Opção de Futuro	-	-	-	-	-	58
Swap	-	-	-	-	-	-
Operações compromissadas – LTNO	-	11.007	-	11.007	11.007	2.457
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	988	988	988	6.034
Nota do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	39.574	39.574	39.574	38.187
Contas a Pagar/Receber	(50)	-	-	(50)	(50)	(174)
Caixa	10	-	-	10	10	10
Ajuste Líquido de Futuros	-	-	-	-	-	16

^(a) Títulos mantidos até o vencimento.

6. Exigível operacional

6.1 Gestão previdencial

	2018	2017
Benefícios a pagar	30	31
Retenções a recolher	187	170
Outras exigibilidades (*)	19	23
Total de Gestão Previdencial	236	224

(*) Outras exigibilidades refere-se as contribuições de patrocinadoras recebidas a maior e que encontram-se em análise para devolução e repasse financeiro de contribuição administrativa de autopatrocinado e BPD entre o Plano de Benefícios e o PGA

6.2 Gestão administrativa

	2018	2017
Contas a pagar		
Folha de pagamento	89	77
Retenções a recolher	3	2
Tributos a recolher	48	48
Outras Exigibilidades	6	6
Total de Gestão Administrativa	146	133

6.3 Investimentos

	2018	2017
Empréstimos e Financiamentos	1	9
Relacionado com o Disponível	6	5
Outras Exigibilidades (*)	32	15
Total de Gestão Administrativa	39	29

(*) Outras exigibilidades referem-se as transferências financeiras que irão ocorrer entre o Plano Previdencial e o PGA.

7. Patrimônio social

7.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela Willis Towers Watson, contratada pela PREVEME II, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a participantes, assistidos e seus beneficiários.

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização sendo: aposentadoria normal, antecipada, benefício proporcional, portabilidade, resgate de contribuição e parcela CD dos benefícios de aposentadoria por invalidez e pensão por morte utiliza-se o método de Capitalização Financeira. Parcela referente ao acréscimo das contribuições futuras da patrocinadora nos benefícios de pensão por morte do ativo e aposentadoria por invalidez utiliza-se o Método do Crédito Unitário Projetado.

7.2. Equilíbrio técnico

7.2.1 Reserva de contingência

No exercício de 2018 a Reserva de Contingência corresponde a 16,37% (16,45% – 2017) da provisão matemática do plano estruturada na modalidade de benefício definido. Entretanto, para sua apuração, não foi deduzida a parcela referente a provisão matemática a constituir - conta serviço passado, conforme previsto na resolução, eis que seu valor é superior ao da provisão matemática resultando em reserva de contingência negativa.

7.2.2 Reserva especial para revisão do plano

No exercício de 2018 a Reserva Especial para Revisão de Plano antes de sua destinação monta a quantia de R\$ 9.569.

Temos o seguinte histórico da Reserva Especial para Revisão de Plano deste plano:

Encerramento do exercício em	Ano consecutivo de constituição	Reserva Especial	Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado	Valor a ser destinado para o Fundo de Revisão	Reserva Especial após destinação para o Fundo de Revisão
31/12/2018	3º	9.569	(4.921)	4.648	4.921
31/12/2017	2º	8.783	(5.076)	3.706	Não aplicável
31/12/2016	1º	5.372	(5.012)	360	Não aplicável

A destinação do superávit atende as disposições da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, pois utiliza a tábua biométrica AT2000 suavizada em 10% e taxa real de juros de 5,00%, que é inferior à taxa máxima real de juros reduzida em um ponto percentual (5,38%).

7.3. Ajuste de precificação

Conforme disposto no art. 28 da Resolução CCGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018 nas situações de distribuição de superávit o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação é obrigatório.

Entretanto o referido ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com prazos e montantes de recebimento de principal e juros iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios, consequentemente este não se aplica ao Plano de Benefícios da Entidade.

7.4. Fundos

O Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas de Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas para concessão de benefício ou resgate de contribuições e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras de patrocinadora ou para a projeção de contribuição normal de patrocinadora, desde que previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

O “Fundo Previdencial de Revisão – Patrocinadora 2015” tem por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora. Essas contribuições serão creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente.

O “Fundo Previdencial de Revisão – Participante 2015” será atribuído aos participantes ativos em 31/12/2015 e será utilizado para reduzir a contribuição básica de participante através de reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento. Os montantes individuais foram definidos com base nos dados dos participantes ativos do Plano em 31/12/2015 na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008. Não haverá destinação da reserva especial aos assistidos e BPDs por não se enquadrarem na parcela de benefício definido do plano. Estes fundos estão sendo atualizados pelo retorno dos investimentos desde janeiro de 2016.

Caberá à Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II proceder à utilização e destinação dos fundos previdenciais ora instituídos.

A Sociedade Previdenciária da 3M – PREVEME II, em função da revisão obrigatória do Plano de Benefícios, nos termos da citada Resolução, constituiu em 31/12/2018 os fundos previdenciais “Patrocinadoras 2018” e “Participantes 2018”. Para destinação da reserva especial foi adotada a proporção das contribuições normais efetuadas durante o período em que foi constituída a reserva especial, ou seja, 2016, 2017 e 2018, a saber: 43% para participantes e 57% para as patrocinadoras.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Patrocinadoras 2018” foi constituído com 57% dos R\$4.648 e será atribuído às patrocinadoras do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária da 3M – PREVEME II. O valor que cabe a cada patrocinadora será apurado considerando a proporção das provisões matemáticas de cada patrocinadora em relação às provisões matemáticas totais do plano, posicionadas em 31/12/2018.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Participantes 2018” foi constituído com 43% dos R\$4.648 e atribuído aos participantes ativos, autopatrocinados e assistidos na forma prevista na Resolução nº 26/2008. Esse fundo será segregado entre os participantes ativos e autopatrocinados existentes em 31/12/2018 na proporção das suas provisões matemáticas individuais. Não haverá destinação da reserva especial aos assistidos e BPDs por não se enquadrarem na parcela de benefício definido do plano.

Esses fundos serão atualizados pelo retorno dos investimentos a partir de janeiro de 2019.

8. Movimentação das provisões matemáticas e fundos

	Em 31 de dezembro de 2017	Constituição/ (Reversões) no exercício	Em 31 de dezembro de 2018
Provisões matemáticas			
Plano de Benefícios	237.323	21.084	258.407
Total de provisões matemáticas	237.323	21.084	258.407
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	349	(8)	341
Reserva para Revisão do Plano	8.783	(3.862)	4.921
Total do Equilíbrio Técnico	9.132	(3.870)	5.262
Fundos			
Previdencial	2.312	3.247	5.559
Administrativo	643	80	723
Investimentos	995	193	1.188
Total de Fundos	3.950	3.520	7.470

8.1. Hipóteses econômicas e financeiras

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre o atuário e a Entidade e contam com o aval das patrocinadoras. Para o fechamento do exercício de 2018 e 2017 foram realizados estudos de aderência das hipóteses atuariais.

Para o fechamento do exercício de 2018 e 2017 foi utilizado estudos de aderência da hipótese de taxa de juros de novembro/2017, para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23/2015, vigentes até 31/12/2018.

As principais hipóteses financeiras, biométricas e demográficas utilizadas na apuração das provisões matemáticas foram:

- Hipóteses econômicas e financeiras**

	2018	2017
Taxa real de juros:	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Projeção do crescimento real de salário:	2,0% a.a.	2,0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano:	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
Salários:	100%	100%
Benefícios do plano:	100%	100%

- **Hipóteses biométricas e demográficas**

	2018	2017
Tábua de Mortalidade Geral:	AT – 2000 (*)	AT – 2000 (*)
Tábua de Mortalidade de Inválidos:	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada em Invalidez:	RRB – 1944 modificada desagravada em 75%	RRB – 1944 modificada desagravada em 75%
Tábua de Rotatividade:	Experiência Towers Watson modificada Preveme II	Experiência Towers Watson modificada Preveme II

(*) Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%.

As Hipóteses Biométricas e Demográficas foram mantidas e estão de acordo com o Estudo de Aderência realizado em novembro de 2017.

9. Critério de rateio

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da entidade serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a gestão administrativa e do fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

10. Imposto de Renda, PIS e COFINS

10.1 - Imposto de Renda

Em 29 de dezembro de 2004, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.053, que dispõe sobre a tributação dos Planos de Benefícios de caráter previdenciário, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005, no qual o imposto de renda incidiu sobre os benefícios pagos aos participantes do Plano da Entidade, de acordo com as regras dispostas na forma da Lei.

Também a partir de 1º de janeiro de 2005, de acordo com o art. 5º da referida Lei, ficam dispensados da retenção na fonte e do pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões matemáticas, das reservas técnicas e dos fundos dos Planos de Benefícios de entidade de previdência complementar.

10.2 - PIS e COFINS

A Entidade recolhe o PIS (0,65%) e o COFINS (4%), em conformidade com a legislação em vigor, sendo a sua base de apuração, em sua totalidade sobre as receitas administrativas.

11. Plano de Gestão Administrativa - PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO



SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEVE II

CNPJ/MF nº 11.048.745/0001-47

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 21 de março de 2019, às 11:30 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., sala 2, Edifício 23. **PRESENÇA:** JOSE FERNANDO DO VALLE, AFONSO LUIZ CHAGURI, MARCELO DE CAMARGO e como convidada, RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI, brasileira, casada, domiciliada no Município de Sumaré, Estado de São Paulo, portadora do RG nº 28.335.313-2 SSP/SP e CPF/MF sob nº 314.605.648-80. **MESA:** JOSE FERNANDO DO VALLE – Presidente e RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI – Secretária. **ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2018. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Em discussão à Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Diretores as Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante do respectivo Relatório das referidas Demonstrações Contábeis, bem como receberam parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Sociedade, emitido nesta data, e aprovado pela Diretoria em reunião realizada às 8:30 horas, tendo as Demonstrações Contábeis sido então aprovadas por todos os Conselheiros, sem ressalvas. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 21 de março de 2019.

MESA:  JOSE FERNANDO DO VALLE – Presidente.

 RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI - Secretária.

VISTO:  RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI - OAB/SP Nº 260.540.

CONSELHEIROS:


JOSE FERNANDO DO VALLE


AFONSO LUIZ CHAGURI


MARCELO DE CAMARGO

PARECER DO CONSELHO FISCAL



SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA 3M – PREVEME II

CNPJ/MF nº 11.048.745/0001-47

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 21 de março de 2019, às 11:30 horas, na sede da Patrocinadora, 3M do Brasil Ltda., sala 2, Edifício 23. **PRESENÇA:** JOSE FERNANDO DO VALLE, AFONSO LUIZ CHAGURI, MARCELO DE CAMARGO e como convidada, RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI, brasileira, casada, domiciliada no Município de Sumaré, Estado de São Paulo, portadora do RG nº 28.335.313-2 SSP/SP e CPF/MF sob nº 314.605.648-80. **MESA:** JOSE FERNANDO DO VALLE – Presidente e RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI – Secretária. **ORDEM DO DIA:** Discutir e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2018. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** Em discussão à Ordem do Dia, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos Diretores as Demonstrações Contábeis Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante do respectivo Relatório das referidas Demonstrações Contábeis, bem como receberam parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Sociedade, emitido nesta data, e aprovado pela Diretoria em reunião realizada às 8:30 horas, tendo as Demonstrações Contábeis sido então aprovadas por todos os Conselheiros, sem ressalvas. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Sumaré, 21 de março de 2019.

MESA:  JOSE FERNANDO DO VALLE – Presidente.

 RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI - Secretária.

VISTO:  RENATA VENTURA MENDES BRAIDOTTI - OAB/SP Nº 260.540.

CONSELHEIROS:


JOSE FERNANDO DO VALLE


AFONSO LUIZ CHAGURI


MARCELO DE CAMARGO

ANEXO IV: PARECER ATUARIAL

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial completa de encerramento do exercício em atendimento à legislação vigente do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotado como data do cadastro 30/09/2018 e como data da avaliação 31/12/2018.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela entidade e por suas patrocinadoras, foi verificado que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

PATROCINADORES E INSTITUIDORES

CNPJ	Razão Social
11.048.745/0001-47	Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II
07.881.222/0001-00	Instituto 3M
45.985.371/0001-08	3M do Brasil Ltda.
08.014.346/0001-50	3M Manaus Indústria de Produtos Químicos Ltda.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 462, de 27/08/2015, publicada no D.O.U. de 28/08/2015.

ESTATÍSTICAS

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro.

PARTICIPANTES ATIVOS¹

Quantidade de Participantes	
• Ativos	3.268
• Autopatrocinados	61
• Benefício Proporcional Diferido	458
Idade média (em anos)	38,6
Tempo médio de serviço (em anos)	11,3
Tempo médio de contribuição (em anos)	6,1
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	21,4

¹ apenas a quantidade inclui os que estão em aguardo do benefício proporcional diferido bem como os benefícios proporcionais diferidos presumidos

PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Benefício	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria antecipada	128	59,8	1.796,41
Aposentadoria normal	44	65,2	2.266,93
Benefício por Invalidez	0	0,0	0,00
Pensão por morte	2	58,3	4.536,23

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,00%
Projeção de Crescimento Real de Salário	2,00%	2,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo dos Salários	100,0%	100,0%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ⁽¹⁾	AT-2000 ⁽¹⁾
Tábua de Mortalidade de Inválidos	N/A	N/A
Tábua de Entrada em Invalidez	RRB-1944 modificada (desagravada em 75%)	RRB-1944 modificada (desagravada em 75%)
Rotatividade	Experiência WTW modificada PREVEME II	Experiência WTW modificada PREVEME II
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal	100% na primeira idade elegível à aposentadoria normal

¹Segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic desagravada em 10%

Foi realizado em novembro/2017 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS.

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, a Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018, e a Portaria Previc no 363 de 26/04/2018, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2017, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2017 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com intervalo de confiança de 100%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,00% para o Plano de Benefícios (mesma taxa adotada na avaliação atuarial de 2017). Esta taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc no 363/2018 para esse plano (limite inferior: 4,19% a.a. e limite superior: 6,38%).

Sendo assim, a Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME II e as patrocinadoras do Plano de Benefícios optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 5,00% na avaliação atuarial de 2018.

Esse estudo deve ser aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Sociedade Previdenciária 3M - PREVEME e acompanhado de parecer emitido pelo Conselho Fiscal da Entidade.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II, realizou em novembro/2017, estudo de aderência da hipótese de projeção do crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

A hipótese de projeção do crescimento real de salário adotada em 2018 reflete o resultado desse estudo.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários.

Esse fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em novembro/2017 pela Willis Towers Watson.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Aposentadoria antecipada	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício por Invalidez (Projeção de Contribuição)	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Pensão por morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por morte (Projeção de Contribuição)	Capitalização	Crédito Unitário Projetado

COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um fluxo suficiente de novos empregados.

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, vigente até 31/12/2018.

PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no balancete do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II de 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Social é de R\$ 271.138.668,03.

De acordo com informações prestadas pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II.

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, PROVISÕES E FUNDOS

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	Valores em R\$
2.3 Patrimônio Social	271.138.668,03
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	263.669.108,14
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	258.407.589,79
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	42.375.317,35
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	42.375.317,35
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	42.375.317,35
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	0,00
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	220.953.084,76
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	218.871.801,76
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	118.134.491,70
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	100.737.310,06
2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	2.081.283,00
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.939.319,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(858.036,00)
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(4.920.812,32)
2.3.1.1.03.01 (-) Serviço Passado	(4.920.812,32)
2.3.1.1.03.01.01 (-) Patrocinador(es)	(4.920.812,32)
2.3.1.1.03.01.02 (-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02 (-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03 (-) Assistidos	0,00

PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO, PROVISÕES E FUNDOS - VALORES EM R\$

2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	5.261.518,35
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	5.261.518,35
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	5.261.518,35
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	340.706,03
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	4.920.812,32
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	7.469.559,89
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	5.558.716,20
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	311.529,41
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	5.247.186,79
2.3.2.1.02.01 Revisão de Plano - Patrocinadora 2015	585.355,29
2.3.2.1.02.02 Revisão de Plano - Participante 2015	13.653,65
2.3.2.1.02.03 Revisão de Plano - Patrocinadora 2018	2.649.461,37
2.3.2.1.02.04 Revisão de Plano - Participante 2018	1.998.716,48
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2 Fundos Administrativos	722.507,00
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	0,00
2.3.2.2.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	722.507,00
2.3.2.3 Fundos dos Investimentos	1.188.336,69

DURAÇÃO DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

A duração do passivo é de 76,44 meses calculada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Resolução CNPC nº 15 de 19/11/2014, vigente até 31/12/2018, e na Portaria nº 86 de 01/02/2019

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

De acordo com o Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Limite Máximo	Limite pela fórmula	Menor limite	Limite da Reserva de Contingência
25%	10% + (1% x 6,37)	16,37%	340.706,03

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Cabe destacar que a reserva de contingência corresponde a 16,37% da provisão matemática do plano estruturada na modalidade de benefício definido. Entretanto, para sua apuração, não foi deduzida a parcela referente a provisão matemática a constituir – conta serviço passado, conforme previsto na Resolução CGPC nº 26/2008, eis que seu valor é superior ao da provisão matemática resultando em reserva de contingência negativa.

Representantes da PREVEME II se reuniram com representantes da PREVIC em 11/2018 para analisar a revisão da Conta Serviço Passado, de forma que seu valor guarde conformidade com as obrigações do plano. Sendo assim, a PREVEME II providenciará às alterações regulamentares necessárias para adaptação às normas vigentes e consequente revisão da referida conta.

RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Em 31/12/2018, a Reserva Especial para Revisão de Plano antes de sua destinação monta a quantia de R\$ 9.568.990,17.

Temos o seguinte histórico da Reserva Especial para Revisão de Plano deste plano:

Encerramento do exercício em	Ano consecutivo de constituição	Reserva Especial	Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado	Valor a ser destinado para o Fundo de Revisão	Reserva Especial após destinação para o Fundo de Revisão
31/12/2018	3º	9.568.990,17	(4.920.812,32)	4.648.177,85	4.920.812,32
31/12/2017	2º	8.782.544,72	(5.076.512,74)	3.706.031,98	Não aplicável
31/12/2016	1º	5.372.573,34	(5.012.160,67)	360.412,67	Não aplicável

A destinação do superavit atende as disposições da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, pois utiliza a tábua biométrica AT2000 suavizada em 10% e taxa real de juros de 5,00%, que é inferior à taxa máxima real de juros reduzida em um ponto percentual (5,38%).

Assim, nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, é permitida a reversão de valores de forma parcelada aos participantes, assistidos e patrocinadores mediante a comprovação de excesso de recursos.

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Conforme disposto na Resolução CGPC nº 26/2008, vigente até 31/12/2018, o valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento do déficit. E no caso de distribuição de superavit, o valor do ajuste de precificação, quando negativo, será deduzido do valor a ser distribuído.

Entretanto, o referido ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com prazos e montantes de recebimento de principal e juros iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios, consequentemente este não se aplica ao Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II.

REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

O Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelas parcelas de Saldos de Conta de Patrocinadora não utilizadas para concessão de benefício ou resgate de contribuições e poderá ser utilizado para reduzir as contribuições futuras de patrocinadora ou para a projeção de contribuição normal de patrocinadora, desde que previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo, observada a legislação aplicável.

O “Fundo Previdencial de Revisão – Patrocinadora 2015” tem por finalidade a redução da contribuição normal de patrocinadora. Essas contribuições serão creditadas pela reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento, observado o plano de custeio vigente.

O “Fundo Previdencial de Revisão – Participante 2015” será atribuído aos participantes ativos em 31/12/2015 e será utilizado para reduzir a contribuição básica de participante através de reversão mensal deste fundo até o seu esgotamento. Os montantes individuais foram definidos com base nos dados dos participantes ativos do Plano em 31/12/2015 na forma prevista na Resolução CGPC nº 26/2008. Não haverá destinação da reserva especial aos assistidos e BPDs por não se enquadrarem na parcela de benefício definido do plano. Estes fundos estão sendo atualizados pelo retorno dos investimentos desde janeiro de 2016.

Caberá à Sociedade Previdenciária 3M – PREVEME II proceder à utilização e destinação dos fundos previdenciais ora instituídos.

A Sociedade Previdenciária da 3M – PREVEME II, em função da revisão obrigatória do Plano de Benefícios, nos termos da citada Resolução, constituiu em 31/12/2018 os fundos previdenciais “Patrocinadoras 2018” e “Participantes 2018”. Para destinação da reserva especial foi adotada a proporção das contribuições normais efetuadas durante o período em que foi constituída a reserva especial, ou seja, 2016, 2017 e 2018, a saber: 43% para participantes e 57% para as patrocinadoras.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Patrocinadoras 2018” foi constituído com 57% dos R\$4.648.177,85 e será atribuído às patrocinadoras do Plano de Benefícios da Sociedade Previdenciária da 3M – PREVEME II. O valor que cabe a cada patrocinadora será apurado considerando a proporção das provisões matemáticas de cada patrocinadora em relação às provisões matemáticas totais do plano, posicionadas em 31/12/2018.

O Fundo Previdencial “Revisão de Plano Participantes 2018” foi constituído com 43% dos R\$4.648.177,85 e atribuído aos participantes ativos, autopatrocinados e assistidos na forma prevista na Resolução nº 26/2008. Esse fundo será segregado entre os participantes ativos e autopatrocinados existentes em 31/12/2018 na proporção das suas provisões matemáticas individuais. Não haverá destinação da reserva especial aos assistidos e BPDs por não se enquadrarem na parcela de benefício definido do plano.

Esses fundos serão atualizados pelo retorno dos investimentos a partir de janeiro de 2019.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2018 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 atualizado, pelo método de recorrência e constante do balancete do plano, para 31/12/2018.

	Valores em R\$ de 31/12/2018		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	263.328.402,11	263.342.334,32	-0,01%
Benefícios Concedidos	42.375.317,35	42.375.317,35	0,00%
Contribuição Definida	42.375.317,35	42.375.317,35	0,00%
Benefícios a Conceder	220.953.084,76	220.967.016,97	-0,01%
Contribuição Definida	218.871.801,76	218.871.801,76	0,00%
Benefício Definido	2.081.283,00	2.095.215,21	-0,66%

Convém ressaltar que 0,79% (R\$ 2.081.283,00) do Passivo Atuarial de R\$ 263.328.402,11 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco. Os 99,21% restantes (R\$ 261.247.119,11) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Sociedade Previdenciária da 3M – PREVEME II.

Os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Os riscos atuariais são: sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, rotatividade inferior à esperada, crescimento salarial acima do esperado e rentabilidade do patrimônio abaixo do esperado. Esses riscos devem ser monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos.

SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Não há insuficiência de cobertura em 31/12/2018.

VARIAÇÃO DO RESULTADO

O superavit reduziu de R\$ 9.132.355,27 em 31/12/2017 para R\$ 5.261.518,35 em 31/12/2018.

NATUREZA DO RESULTADO

A variação do resultado ocorreu devido à destinação do superavit conforme legislação vigente.

PLANO DE CUSTEIO

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, a partir de 01/04/2019:

- Contribuições mensais normais equivalentes a 0,06% da folha de salários de participantes, do plano, correspondentes ao custo normal;

	Custo do Ano (%)
Aposentadoria antecipada	0,00
Aposentadoria normal	0,00
Benefício por Invalidez	0,02
Pensão por morte	0,04
Total	0,06

- Contribuições mensais para cobertura das despesas administrativas equivalentes a 0,31% da folha de salários de participantes do plano. Tal percentual foi determinado conforme orçamento elaborado pela Sociedade Previdenciária da 3M – PREVEME II para o exercício de 2019.
- Contribuições mensais extraordinárias para cobertura das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado no percentual de 0,24%.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em 4,79% da folha de salários

As patrocinadoras utilizarão, durante o exercício de 2019, mediante reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão e no Fundo de Revisão – Patrocinadora para financiar as contribuições mensais da patrocinadora referentes ao custo normal equivalentes a 0,06% da folha de salários de participantes e à amortização das Provisões Matemáticas a Constituir – Serviço Passado de 0,24% da folha de salários. Esgotados os recursos existentes nos fundos ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura da contribuição do mês as patrocinadoras deverão retomar o recolhimento mensal das contribuições.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2018 em 3,99% da folha de salários.

Autopatrocínados

Os participantes que optaram pelo instituto de autopatrocínio deverão efetuar além das contribuições de participantes, as contribuições de patrocinadora definidas acima, inclusive as destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes aguardando o benefício proporcional diferido deverão efetuar a contribuição de 0,31% sobre o salário de participação para custeio das despesas administrativas.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Evolução dos Custos

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para o novo plano de custeio a vigorar a partir de 01/04/2019 com o plano de custeio anterior:

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/04/2019)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	0,06%	0,06%
Serviço Passado	0,24%	0,23%
Custeio Administrativo	0,31%	0,31%
Contribuição Total dos Patrocinadores	0,61%	0,60%

RELATÓRIO ANUAL 2018 • 2019

